

# Reforma trabalhista é aprovada na Câmara

Por 296 votos a favor e 177 contra, o texto-base do relator foi aprovado ontem no plenário

O ESTADO  
DE S.PAULO

Em sessão que durou mais de nove horas, deputados aprovaram por volta das 22h30 de ontem, 26, o texto-base da reforma trabalhista. Foram 296 votos a favor e 177 contra. Agora, antes de seguir para o Senado, os parlamentares começam a discutir 17 propostas de mudança no projeto, chamadas destaques. A sessão foi marcada por protestos do começo ao fim. Durante o dia, governistas mantiveram o discurso de que a matéria passaria "com folga" na Câmara. Apesar do tom, a base aliada trabalhou em ritmo frenético para garantir número de votos próximo aos 300 exigidos pela maioria simples para aprovar a reforma da Previdência. Nesse esforço de última hora, houve ajuste do texto em vários pontos reclamados pela bancada feminina para tentar atrair 54 votos das deputadas.

Além do corpo-a-corpo nesta semana de ministros de Temer com suas bancadas para aprovação da reforma, o presidente exonerou quatro ministros para votar a favor do texto-base ontem. Bruno Araújo (Cidades), Mendonça Filho (Educação) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia) foram exonerados pela manhã. Ronaldo Nogueira (PTB), do Trabalho, foi exonerado em última hora, depois de protestos do seu suplente no plenário, Assis Melo (PCdoB-RS), contra a reforma. A comissão financeira, analisadas citavam o parâmetro próximo de 300 votos a favor da reforma trabalhista como um parâmetro para avaliar a capacidade do governo de conquistar votos no Congresso. A

preocupação é a reforma da Previdência. Enquanto a reforma trabalhista precisava maioria simples (metade mais um dos presentes), a reforma previdenciária - considerada essencial para o equilíbrio das contas públicas - exige 308 votos em duas votações. Entre os partidos, o PSB acabou seguindo a determinação da direção do partido e orientou votação contra a proposta. O Solidariedade, partido da base governista, também orientou voto contra o projeto da reforma. O PHS liberou a bancada.

Após aprovar o texto, parlamentares têm 17 destaques de bancada apresentados ao projeto e que deverão ser avaliados pelos parlamentares. Governistas rejeitaram todos os 24 destaques simples que sugeriam mudança no texto da reforma trabalhista. Minutos antes da votação, lideranças acordaram de realizar votação simbólica de três destaques nominais, além de um quarto destaque sobre a contribuição sindical que também deve ter votação nominal a pedido do deputado Paulinho da Força (SD-SP).



EM SESSÃO que durou mais de nove horas, deputados aprovaram o texto-base da reforma trabalhista, com 296 votos a favor e 177 contra.

## Mudanças aconteceram até o último minuto

Uma das principais novidades que apareceram na leitura do texto-base no plenário foi a criação de multa para discriminação por sexo ou etnia e redução do prazo para que decisão judicial não cumprida seja levada a protesto. De acordo com o projeto, a Justiça "determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, ao empregado discriminado, no valor de cinquenta por cento do limite máximo dos benefícios do Regime Geral

de Previdência Social". Atualmente, o teto previdenciário é de R\$ 5.531,31. Apesar de prever a nova multa por discriminação, o texto teve a retirada de parágrafo para o Artigo 3 da CLT que previa que "não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual".

Outra mudança no texto-base do relator é a redução do prazo para que decisões judiciais não cumpra-

das possam ser protestadas em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. O prazo para o protesto nesses casos foi reduzido de 60 dias para 45 dias. Com a antecipação da abertura dos trabalhos mais cedo, o PCdoB entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a votação da proposta, mas no início da noite, o tribunal rejeitou o pedido dos comunistas.



AFONSO FLORENCE, do PT, capitaneou ato que levou ao plenário da Câmara Federal caixões e grandes cruzes em alusão à 'morte da CLT'

## PT e aliados baianos marcaram posição contra

ROMULO FARO  
REPORTER

Em ato capitaneado pelo deputado baiano Afonso Florence (PT), a oposição levou ao plenário da Câmara Federal ontem caixões e grandes cruzes em alusão à 'morte da CLT' (Consolidação das Leis Trabalhistas), na sessão em que foi votado e aprovado o projeto que trata da reforma trabalhista proposta por Michel Temer. Antes da apreciação da matéria, o plenário da Câmara rejeitou, por 270 votos a 64, o requerimento de retirada de pauta do projeto de lei. Segundo o relatório, o acordo coletivo prevalecerá sobre a lei e o sindicato não mais precisará auxiliar o trabalhador na rescisão trabalhista. A contribuição sindical obrigatória é extinta.

A bancada baiana que faz oposição ao governo Temer, leia-se o PT e seus aliados, votaram contra o projeto. Líder do PCdoB na Casa, a deputada Alice Portugal afirmou que "a pressa" do governo para votar a matéria "só se justifica por medo da pressão popular", segundo ela, por causa da greve geral convocada pelas centrais sindicais para amanhã em todo o País. "Cada item deste relatório merece um debate específico. Nunca se fez uma modificação deste tamanho na CLT de uma só vez e com tão pouco debate. Isso é medo do povo que está se mobilizando para ir às ruas no dia 28 de abril", afirmou a líder comunista.

O petista Nelson Pelegrino usou uma pesquisa para mostrar que a população rejeita a proposta de reforma trabalhista e o governo Temer

de modo geral. Ele comparou as propostas de Temer ao jogo Baleia Azul, que induz os usuários ao suicídio. "Os deputados que estão pensando em votar a favor dessas reformas, estarão cometendo um suicídio político. Michel Temer está chamando esses Deputados para jogar o jogo da Baleia Azul, que é o jogo do suicídio político. Quem votar a favor dessas propostas não vai escapar do fracasso nas urnas", disse Pelegrino. Ele refutou os argumentos dos deputados da base, de que a CLT é ultrapassada e que é preciso modernizá-la para voltar a gerar emprego. "A CLT é 1943, mas depois dela tivemos uma legislação esparsa, uma legislação que foi construída, atualizada, que tem toda a jurisprudência da Justiça do Trabalho.

## Projeto de ACM Neto que revitaliza Centro é aprovado na Câmara com votos da oposição

ROMULO FARO  
REPORTER

Em sessão tumultuada, os vereadores aprovaram na Câmara Municipal ontem o projeto Revitalizar (Projeto de Lei nº 302/16), de autoria da prefeitura de Salvador, por 35 votos a sete. Detalhe é que alguns dos votos favoráveis foram de parlamentares da oposição: Sidninho e Toinho Carolino, ambos do PTN. O Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo abrange, de acordo com a mensagem do prefeito ACM Neto, imóveis, tombados ou não, bem como edificações em terrenos ociosos ou subutilizados localizados na região, aliado ao estímulo à implantação de novas atividades.

Líder da oposição, o vereador José Trindade (PSL) reafirmou em plenário o que disse à Tribuna na edição de ontem, que o projeto é "inconstitucional" e que precisava ter "vários pontos revistos", inclusive porque, segundo ele, já existe um projeto "praticamente idêntico", do vereador Edvaldo Brito, aprovado pela Câmara em 2014. Trindade diz ainda que tramita no Congresso Nacional também uma medida provisória com o mesmo fim da proposta da prefeitura de Salvador. O parlamentar criticou a renúncia fiscal prevista, de R\$ 499 mil no primeiro ano (2017) e R\$ 573 mil no segundo

(2018), "para uma cidade que está com necessidade de recursos para investimento na área social, incluindo em moradias populares".

Trindade e os demais vereadores da minoria que votaram contra a matéria anunciaram que vão "judicializar" a questão, argumentando que apesar da complexidade da proposta, o Revitalizar só foi discutido em uma audiência pública, sem ouvir a comunidade local. Votaram contra os vereadores José Trindade, Suica e Marta Rodrigues, do PT, Aladilce Souza (PCdoB), Carlos Muniz (PTN), Silvio Humberto (PSB) e Hilton Coelho (PSOL). Representantes de movimentos populares lotaram as galerias do Plenário Cosme de Farias para protestar contra o projeto. Entre os cartazes um explicava: "Não se revitaliza onde

existe vida. Queremos moradia digna para os moradores do Centro Antigo e não exclusão".

A vereadora Aladilce Souza ratificou as palavras do líder da oposição.

"Nós identificamos que há inconstitucionalidade e ilegalidades. Primeiro porque a constituição é clara ao dizer que matérias de renúncia fiscal, isenções fiscais ou remissões de dívidas têm que ser feitas por leis específicas. Esse projeto mistura matéria tributária com matérias de planejamento urbano. Além disso, ele não deixa claro qual é a compensação que o município vai ter. A gestão tem que deixar claro como vai recompensar essa perda de tributos. Essa forma de fazer gestão pode provocar insegurança jurídica", criticou a comunista.



VEREADORES aprovaram ontem, por 35 votos a sete, o projeto Revitalizar, durante sessão tumultuada na Câmara de Salvador,

## Aliado do prefeito rebate discurso da oposição

Vice-líder do governo na Câmara Municipal, o vereador Duda Sanches (DEM) rebateu as acusações da vereadora Aladilce Souza (PCdoB) de que o Revitalizar é inconstitucional. Para o democrata, os opositoristas queriam apenas "postergar" a aprovação do projeto. "A gente fez as audiências públicas necessárias, o projeto está em

tramitação na Câmara há diversos meses. É uma tentativa muito mais de postergar a tramitação de um projeto do Executivo, por serem da oposição, do que contribuir para o debate. "Há uma tendência da política nacional de buscar a transparência e desonerar o cidadão. A gente tem o objetivo, nesse projeto, de isentar os comerciantes para devolvermos

o brilho de outrora do Centro Antigo", disse Sanches.

O líder da bancada governista, vereador Henrique Carballal (PV), também reafirmou o que já havia dito à Tribuna. Apesar da votação no plenário, o resultado da votação acabou até superando as expectativas do governo, com os votos de dois membros da oposição.